



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDUCAÇÃO

Potencialidades da política de educação para o enfrentamento da pobreza e a redução das desigualdades

A educação é um dos mais importantes meios de conformação do sujeito social e da cidadania, exercendo o papel fundamental de contribuir para a apropriação e construção de valores, códigos e saberes, considerados valiosos para a continuidade e melhoria da vida social. Ela é uma das formas pelas quais o indivíduo torna-se apto para contribuir de forma mais efetiva para a promoção do desenvolvimento socioeconômico.

Além de ser considerada um fator importante de desenvolvimento social, a educação está, de certo modo, atrelada ao conceito de qualidade de vida. Isso porque, de um lado, sempre esteve associada ao crescimento da eficiência e da produtividade do trabalho, por outro, porque proporciona o aumento dos salários, a diminuição da pobreza e, conseqüentemente, possibilita maior mobilidade social, constituindo instrumento eficaz para a democratização das oportunidades e a inclusão social.

Contudo, apesar do evidente impacto no setor econômico, sua influencia ultrapassa essa dimensão. A princípio, a educação é um imperativo universal para a garantia da cidadania. Além disso, pesquisas apontam que ela produz efeitos relevantes sobre o crescimento populacional, o ambiente familiar e a qualidade da participação política.

A esse respeito comenta Antônio Góis¹:

“Há uma relação direta entre escolaridade e salário. Quanto mais escolarizado é o trabalhador, maior é, em média, seu rendimento. A educação é, portanto, uma das explicações, talvez a maior, para a desigualdade. A educação (ou sua falta) é reconhecida como um fator de mobilidade social ou de perpetuação da pobreza. Um exemplo disso está na comparação do rendimento entre negros e brancos no Brasil. (...)

O investimento em educação não traz apenas benefícios salariais. Ter acesso a um mínimo de conhecimento é, para muitos, também uma garantia de sobrevivência. O IBGE prova que filhos de mães com mais escolaridade têm menos chance de morrer antes de completar um ano de idade. Entre mães com menos de três anos completos de estudo, a taxa de mortalidade infantil é de 49,3 mortos por 1.000 nascidos vivos.

Quando se analisa a taxa entre mães que têm ao menos oito anos de estudo (o que equivale ao Ensino Fundamental), essa proporção é de 20

¹ GÓIS, Antônio. Do discurso à prática. In Wertheim, Jorge; Cunha, Célio da. Investimentos em educação, ciência e tecnologia: o que pensam os jornalistas. 2ª ed. Brasília: Unesco, Instituto Sangari, 2009. p. 63. (os dados apontados pelo autor referem-se aos relatórios Síntese dos Indicadores Sociais - 2003, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –; Investin in education. In: World education indicators, 1999, da Organização das Nações Unidas para Educação – Unesco –; Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, dados referentes a março de 2004 e o Censo de 2000).

mortos por 1.000 nascidos vivos. Isso significa que o filho de uma mãe que não concluiu a 4ª série do Ensino Fundamental tem 150% mais chances de morrer do que o bebê de uma mulher que completou apenas as oito séries do Ensino Fundamental.

Ter uma população com melhor escolaridade pode significar a vida ou a morte não apenas na infância. Um estudo do Hospital do Câncer de São Paulo com 2.741 pacientes adultos, entre 2001 e 2004, mostrou que a probabilidade de um doente com câncer sobreviver é maior entre a população mais escolarizada. Os mais escolarizados, segundo o estudo, são maioria entre os que detectam câncer mais cedo e minoria entre os que descobrem a doença num estado mais avançado. No caso do câncer de mama, esse dado é mais evidente: 73,3% das mulheres que descobriram a doença num estágio inicial tinham ao menos o Ensino Médio completo.

No caso da mulher, o acesso à educação é fundamental também para ela evitar uma gravidez indesejada. Ainda segundo o IBGE, brasileiras que não completaram sequer a primeira série do Ensino Fundamental têm, em média, 4,1 filhos. Entre as que completaram ao menos o Ensino Médio, essa média cai para 1,5.”.

A análise do referido jornalista corrobora a ideia de que a educação tem efeitos positivos sobre a redução da pobreza e da desigualdade. Vale ressaltar que os impactos do atraso educacional sobre o crescimento populacional, a mortalidade e o desempenho educacional futuro são pelo menos tão importantes quanto seu impacto sobre o crescimento econômico.

Usando-se o conceito da economia, diz-se que a falta de acesso à educação gera um círculo vicioso entre as gerações na mesma medida em que os investimentos em educação geram um círculo virtuoso. Por isso é necessário se definir, para a realidade brasileira, um processo acelerado e contínuo de expansão da escolaridade como um elemento estratégico para o desenvolvimento equitativo e sustentável do País.

Diante desse cenário, a melhor recomendação para a construção de uma política social é garantir ensino de qualidade para todos, por evidentes razões de cidadania e justiça social e como pré-condição imprescindível para o desenvolvimento socioeconômico.

Tais conceito e premissa precisam ser especialmente observados na construção das políticas públicas sociais em Minas Gerais, Estado que possui enormes contrastes e desigualdades regionais que se manifestam pela diferença das condições de vida nas diversas regiões, o que dificulta ou facilita o acesso e a permanência das crianças e jovens na escola, influenciando as próprias condições de sucesso escolar e a promoção do desenvolvimento humano.

Os resultados obtidos pelos sistemas de avaliação do Ministério da Educação e da Secretaria de Estado de Educação mostram que são grandes as discrepâncias entre os indicadores que caracterizam o estado da educação nas várias regiões de Minas.

Acesso e participação escolar

Juntamente com o Brasil, Minas Gerais alcançou importantes avanços na cobertura educacional nos últimos anos, atingindo, para as crianças de 7 a 14 anos, taxas comparáveis às dos países mais desenvolvidos. Em 2009, a taxa de atendimento² escolar nessa faixa etária alcançou 98,2%. A taxa de escolarização líquida³ no ensino fundamental teve registro de 96,6%, sendo alta também para diferentes regiões do Estado, segundo dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS – 2009⁴ (Alto Paranaíba - 92,7%; Central - 92,6%; Centro-Oeste de Minas - 92,4%; Jequitinhonha/Mucuri - 92,2%; Mata - 91,7%; Noroeste de Minas - 93,0%; Norte de Minas - 91,4%; Rio Doce - 94,8%; Sul de Minas - 93,1% e Triângulo - 91,5%). Os indicadores de matrícula mostram uma irrefutável redução das desigualdades de acesso ao Ensino Fundamental em nosso Estado.

Há, contudo, grandes desafios a serem enfrentados na educação básica. É preciso ampliar o acesso à educação infantil (atribuição prioritária dos Municípios) e Ensino Médio (atribuição prioritária dos Estados). A taxa líquida de matrícula nesses níveis de ensino, no Estado, são respectivamente 46,5% e 54,4%⁵ e sua distribuição pode ser visualizada no mapa a seguir, elaborado também com os dados disponíveis no IMRS.

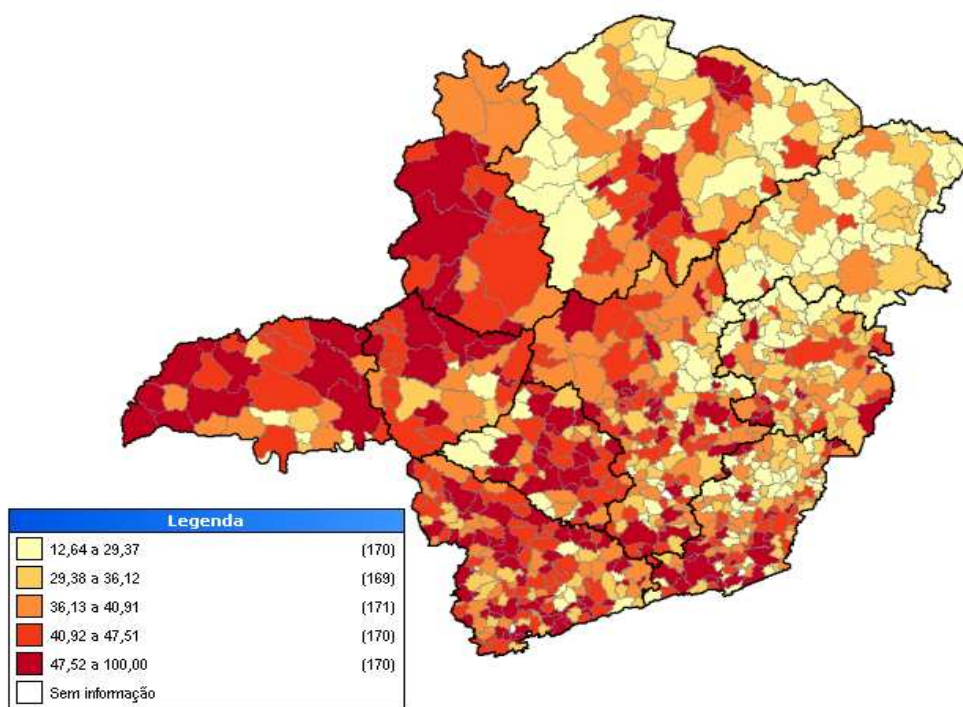
² **Taxa de atendimento:** razão entre a população de determinada faixa etária que frequenta a escola em qualquer nível de ensino, e a população total nessa faixa etária.

³ **Taxa de escolarização líquida:** expressa o percentual de pessoas matriculadas em determinado nível de ensino que se encontram na faixa etária adequada, em relação à população na faixa etária adequada a esse mesmo nível de ensino.

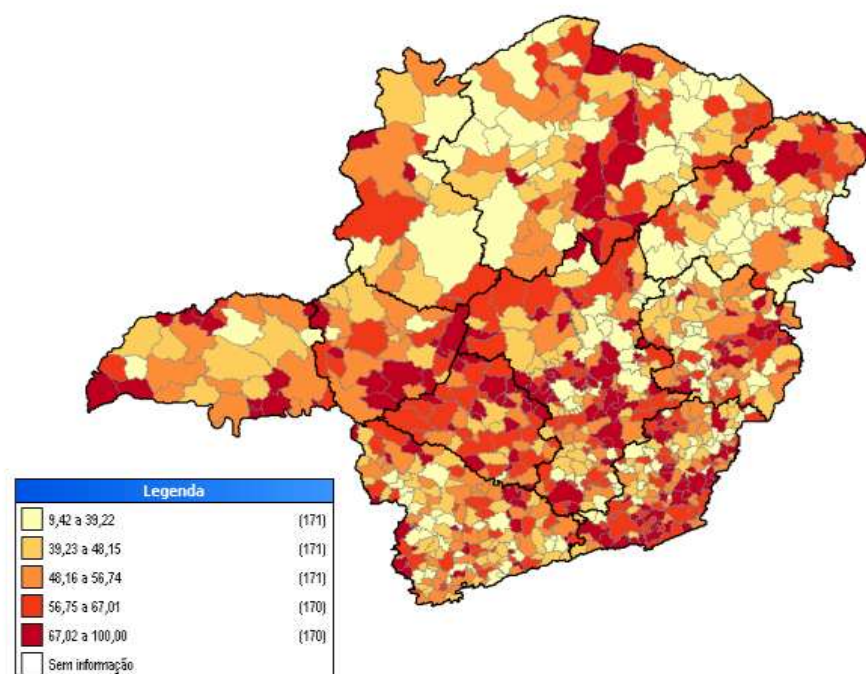
⁴ Esse relatório traz dados quantitativos de 2006.

⁵ Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD –, elaborada por INEP/DTDIE.

Taxa líquida de frequência ao ensino médio - 15 a 17 anos (%)
Todos os municípios de Minas Gerais - Ano de referência: 2006



Taxa líquida de frequência à pré-escola - 4 a 6 anos (%)
Todos os municípios de Minas Gerais - Ano de referência: 2006



A garantia do direito à educação não se resume à provisão de matrícula. Apesar de a política de ampliação do acesso e da permanência escolar ter representado um grande avanço na educação do País, trouxe também outros desafios a serem superados: a queda na qualidade e o aumento da demanda pelo Ensino Médio e pela educação superior.

Nesse cenário a ampliação do acesso e permanência escolar, embora sejam a expressão máxima do direito à educação, podem refletir um caráter de igualdade ou desigualdade das coletividades regionais, de maneira que um cidadão portador de igual direito à educação, segundo preceitos constitucionais, tenha desiguais oportunidades de acesso, permanência e padrão de qualidade de ensino.

Pela análise da tabela abaixo, pode-se perceber que nos últimos anos houve em Minas Gerais uma significativa evolução do atendimento à população de 15 a 17 anos, mas a diferença observada entre as taxas de atendimento dos Ensinos Fundamental e Médio revela que há ainda esforços a serem empreendidos no combate ao atraso e à evasão escolar. Vê-se que somente 50% dos alunos de 15 a 17 anos cursam o Ensino Médio.

Outra informação importante extraída da análise dos percentuais de escolarização bruta, é que há grande número de estudantes fora da faixa etária de 7 a 14 anos cursando o Ensino Fundamental, fato evidenciado pela taxa acima dos 100% nesse nível de ensino. O excedente se deve, principalmente, à repetência nas séries do Ensino Fundamental.

TAXAS DE ATENDIMENTO E ESCOLARIZAÇÃO (%) – MINAS GERAIS – 2001-2009						
Taxas de Atendimento			Taxa Escolarização Líquida		Taxa Escolarização Bruta	
Anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
2001	97,0	78,8	94,8	37,5	120,8	79,3
2002	97,6	79,1	95,6	43,3	120,0	77,4
2003	97,9	79,5	95,9	46,8	118,1	83,5
2004	97,4	81,4	96,0	49,7	118,0	86,4
2005	97,8	80,8	95,9	50,7	117,0	85,7
2006	97,4	80,6	94,6	50,5	114,6	87,8
2007	98,1	81,2	94,9	51,1	116,8	85,9
2008	98,4	85,3	95,5	56,0	118,5	92,6
2009	98,2	84,8	96,6	54,4	119,7	92,6

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Minas Gerais, 2001-2009, elaborado pela Fundação João Pinheiro (adaptado)

Eficiência e rendimento

Os indicadores de eficiência e rendimento escolar, intimamente relacionados entre si, refletem o grau de eficiência do sistema de ensino.

Primeiramente, a repetência tem sido apontada em estudos e avaliações como a principal causadora da evasão escolar. Em segundo lugar, a interrupção do fluxo escolar, causada pela repetência e pelo abandono, geram a distorção idade-série, considerada um dos grandes problemas da educação brasileira, pois geralmente o estudante em atraso escolar apresenta desempenho inferior aos alunos que estão em séries próprias à idade. Assim, pode-se concluir que no Brasil persiste um ciclo vicioso no sistema educacional: abandono e repetência, que levam a distorções entre idade e série cursada, que, por sua vez, levam a baixo desempenho escolar.

Em Minas Gerais, conforme a tabela que se segue, os indicadores de permanência e progressão mostram que a reprovação e a evasão são maiores nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Nessas etapas são maiores também os índices de distorção idade-série. Isso porque os alunos já ingressam nesses níveis de ensino com defasagem acumulada. Atualmente, os estudantes levam, em média, 9,6 anos para concluir o Ensino Fundamental e 3,8 anos para concluir o Ensino Médio.

Eficiência e rendimento escolar⁶ – Ensino Fundamental e Médio Brasil e Minas Gerais – 2010

		Ens. Fundamental*	Ens. Fundamental anos iniciais	Ens. Fundamental anos finais	Médio
Brasil	Aprovação	86,6%	89,9%	82,7%	77,2%
MG	Aprovação	89,6%	95%	83,1%	81,9%
Brasil	Reprovação	10,3%	8,3%	12,6%	12,5%
MG	Reprovação	8,4%	4,4%	13,2%	13,4%
Brasil	Abandono	3%	1,8%	4,7%	10,3%
MG	Abandono	2%	0,6%	3,7%	8,8%

Fonte: MEC/INEP/DTDIE

Distorção idade-série – Ensino Fundamental e Médio Brasil e Minas Gerais – 2010

	Ens. Fundamental*	Ens. Fundamental anos iniciais	Ens. Fundamental anos finais	Médio
Brasil	23,6%	18,5%	29,6%	34,5%
MG	19,3%	12%	28%	31,3%

Fonte: MEC/INEP/DTDIE

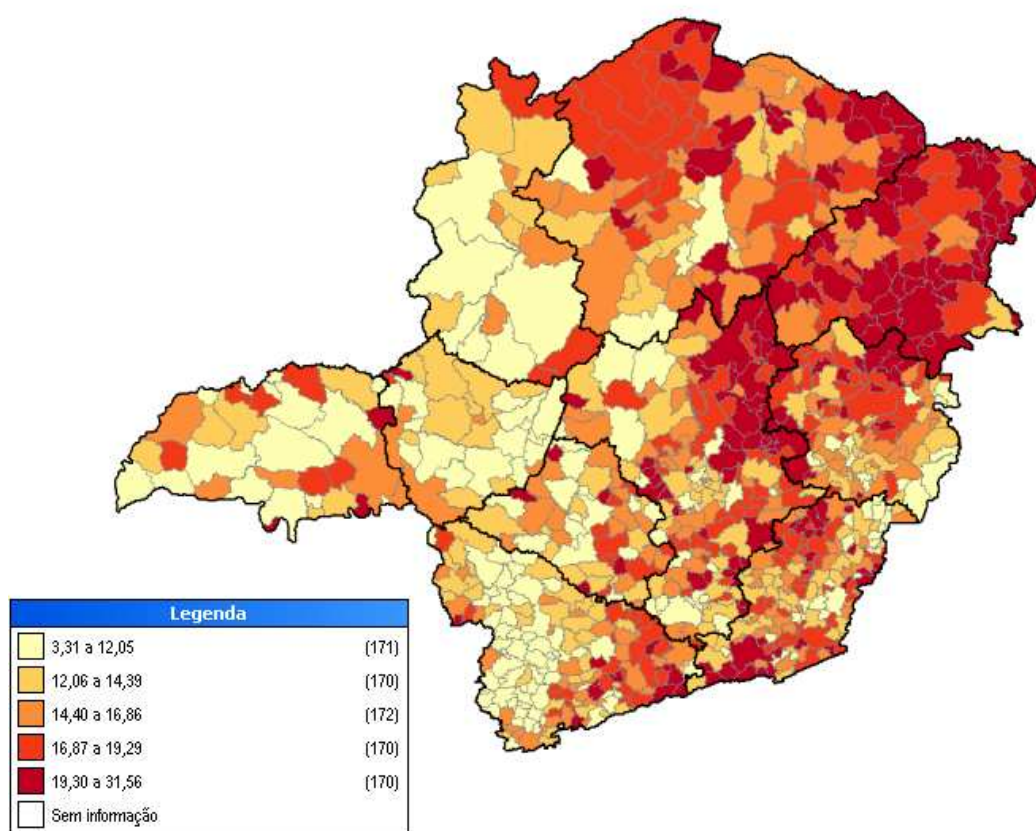
⁶ As taxas de rendimento escolar expressam o percentual de alunos aprovados, reprovados e afastados por abandono.

Analisados em conjunto, os dados acima refletem os avanços do sistema estadual de ensino, em comparação com os indicadores do País. Contudo, apesar dessa melhora, ainda persistem grandes desafios, entre os quais se destacam as elevadas taxas de distorção idade-série dos alunos matriculados nos Municípios localizados no Norte do Estado.

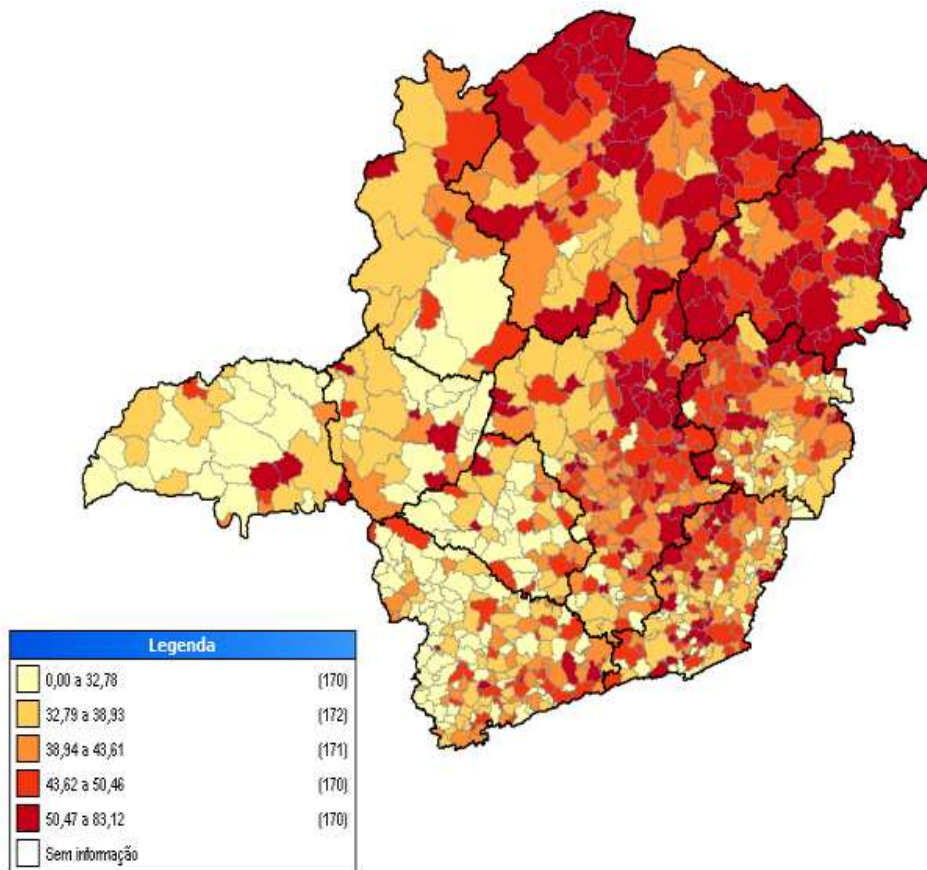
Isso fica claro quando visualizamos os cartogramas abaixo, com informações do percentual de alunos de 15 anos ou mais matriculados no Ensino Fundamental e de 18 anos ou mais, no Ensino Médio, segundo dados do IMRS.

Percentual de alunos de 15 anos ou mais matriculada no total de matriculados no fundamental (%)

Todos os municípios de Minas Gerais - Ano de referência: 2006



Percentual de alunos de 18 anos ou mais matriculada no total de matriculados no ensino médio (%)
Todos os municípios de Minas Gerais - Ano de referência: 2006



Para corrigir a distorção idade-série entre os Municípios do Norte do Estado e os demais, foi criado em 2008, no âmbito do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, o Programa Estruturador 001 – Aceleração da aprendizagem na região do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce (projeto Acelerar para Vencer).

Apesar de apresentar resultados satisfatórios, com grandes avanços na melhoria desse indicador, os dados de defasagem escolar daquelas regiões ainda são os maiores do Estado, segundo mostra relatório da Secretaria de Estado de Educação apresentado na ocasião do monitoramento do PPAG, realizado pela ALMG em novembro de 2010. Isso demonstra a necessidade de continuidade, ampliação e melhoria das políticas de aceleração de aprendizagem, visando melhorar a eficiência do sistema estadual de ensino.

Quadro Demonstrativo do Acordo de Resultados
 Redução das taxas de distorção idade/ano de escolaridade no Grande Norte e Estado
 no Ensino Fundamental

Indicador	Taxa de distorção idade/ano de escolaridade Ensino Fundamental					Redução 2008 - 2009		Redução Prevista 2010
	2007	*2008	Meta 2009	Resultado 2009	Meta 2010	2007-2008	2008-2009	
Taxa de distorção idade/ano de escolaridade EF – nas escolas estaduais no Grande Norte	29,00 %	20,50 %	18,83%	20,20%	20,00%	-8,5%	-0,30%	-0,20%
Taxa de distorção idade/ano de escolaridade EF no Estado	25,76 %	20,45 %	17,34%	18,12%	17,5%	-5,31%	-2,33%	-0,62%

* Valores de referência para o acordo das metas de 2009 e 2010

Fonte: Acordo de Resultados

Diversas variáveis relacionadas à infraestrutura física das escolas (instalações adequadas, acesso a serviços básicos de água, eletricidade e esgotamento sanitário, existência de biblioteca e laboratórios de informática e ciências, etc.), à qualificação dos professores, à renda familiar e às características dos Municípios (percentual de escolas públicas, escala urbana, etc.) possuem forte influência sobre a taxa de distorção idade-série e, conseqüentemente, sobre a qualidade do ensino.

No Brasil e no Estado grandes diferenças das condições de oferta educacional podem ser constatadas principalmente pela localização da escola (área rural e urbana).

Infraestrutura das escolas públicas mineiras urbanas e rurais⁷ - 2010

Equipamento	Urbana (61,6%)	Rural (34,4%)
Biblioteca	61,6%	38,4%
Computador	87,00%	32,63%
Laboratório de informática	57,70%	17,56%
Laboratório de ciências	14,83%	1,32%
Acesso à internet	75,77%	11,06%
Quadra poliesportiva	43,49%	13,70%
Energia elétrica (fornecida pela rede pública)	99,92%	95,07%
Abastecimento de água (fornecido pela rede pública)	97,20%	24,10%
Rede de esgoto (fornecida pela rede pública)	87,38%	18,03%

Fonte: MEC/Inep - cadastro de escolas 2010

Escolaridade média e analfabetismo

A escolaridade média (média de anos de estudo) é considerada um importante indicador educacional, uma medida síntese das taxas de rendimento escolar e do nível de atendimento do sistema de ensino. Em Minas Gerais, segundo dados de 2009, a escolarização média é de 6,5 anos de estudo, sendo que nas áreas urbanas, a média para a população com 10 anos ou mais foi estimada em 6,8 anos, e nas as áreas rurais, de 4,8 anos de estudo.

A média de anos de estudo para a maioria das Regiões de Planejamento do Estado de Minas Gerais está acima de 6,2. A menor média é da região de Jequitinhonha/Mucuri, que está próxima dos 5,2 anos médios de estudo. A maior escolarização média foi constada nas regiões Centro-Oeste, Noroeste, Triângulo Mineiro e Zona da Mata, com 6,5 anos de escolarização média. Ressalta-se que na Região Metropolitana de Belo Horizonte o indicador é o mais alto observado no Estado, com a escolarização média calculada em 7,1 anos.

⁷ Os dados referem-se às escolas municipais, estaduais e federais presentes no Estado. Quanto às informações sobre energia elétrica, abastecimento de água e rede de esgoto, estão contabilizadas somente as escolas que contam com esse serviço ofertado por empresas públicas.

ANO	MINAS GERAIS, 2001 – 2009 % DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS COM MENOS DE	
	4 ANOS DE ESTUDO	8 ANOS DE ESTUDO
2001	26,45	60,22
2002	25,52	58,96
2003	24,50	57,22
2004	23,49	55,54
2005	22,93	54,23
2006	21,93	51,96
2007	20,83	49,82
2008	20,61	49,24
2009	19,60	48,04

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Minas Gerais, 2001-2009, elaborado pela Equipe de Desenvolvimento Humano da Fundação João Pinheiro (FJP)

Segundo a PNAD, divulgada pelo IBGE em 2009, a taxa de analfabetismo do Brasil entre pessoas de 15 anos ou mais de idade caiu de 13,6% para 8,5% entre 2000 e 2009. No entanto, mesmo com essa queda, o número de analfabetos é ainda elevado: em 2009, havia 14,1 milhões de analfabetos no País. A taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, em 2009, foi de 19,6 %.

A taxa de analfabetismo em Minas Gerais apresenta a mesma tendência nacional de queda. Entre 2001 a 2009, essa taxa foi reduzida em 37%. Entretanto, ainda são grandes as disparidades regionais, pois os Municípios das regiões Jequitinhonha/Mucuri e Norte de Minas apresentam índices piores do que a média do Estado. Na população com 25 anos ou mais, por exemplo, a taxa de analfabetismo dessas regiões é de 38,02%, enquanto a média do Estado é de 11%.

**Analfabetismo de pessoas de 5 anos ou mais de idade, por grupos de idade
Minas Gerais, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e Brasil - 2007-2009⁸**

Especificação	Minas Gerais			RMBH			Brasil		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Total (mil pessoas) (1)	18.373	18.592	18.840	4.665	4.732	4.816	174.285	176.331	178.411
Não-alfabetizadas (mil pessoas)	1.826	1.778	1.784	301	289	288	20.644	20.241	19.874
Distribuição das pessoas não-alfabetizadas (%)									
5 e 6 anos	20,1	20,2	19,7	29,6	30,8	27,1	20,1	19,6	19,6
7 a 9 anos	6,2	4,5	4,4	9,3	8,7	5,9	8,8	7,6	7,2
10 a 14 anos	1,0	1,0	1,6	2,0	1,4	2,4	2,7	2,4	2,2
15 a 19 anos	0,7	1,0	1,0	1,3	0,7	0,7	1,4	1,5	1,3
20 a 24 anos	1,4	1,6	1,3	1,7	1,7	1,0	2,2	2,1	2,0
25 a 29 anos	2,5	2,1	1,9	2,0	1,7	2,1	3,4	3,3	3,0
30 a 39 anos	6,6	7,6	6,7	5,6	5,2	4,5	9,0	9,2	9,3
40 a 49 anos	11,8	10,9	10,8	10,6	7,6	9,7	11,8	11,9	11,9
50 a 59 anos	15,3	14,9	14,5	12,6	11,8	11,8	13,2	13,3	13,2
60 anos ou mais	34,3	36,1	38,1	24,9	30,8	34,7	27,4	29,1	30,3

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(1) A categoria Total inclui as pessoas Sem declaração de Alfabetização.

Os dados desta tabela foram reponderados pelo peso definido pela Contagem da População de 2007.

⁸ Fundação João Pinheiro. Perfil de Minas Gerais 2010: *A guide to the economy of Minas Gerais*.

Desempenho

Com o objetivo de avaliar os níveis de qualidade da educação e monitorar o desempenho dos sistemas e redes de ensino, foram criados sistemas de avaliação com foco na aprendizagem do aluno e nos diferentes fatores associados ao rendimento escolar, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb –, em nível federal; o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação – Simave –; e o Programa Internacional de Avaliação de Aluno – Pisa.

- **Saeb**: composto de duas avaliações com metodologias diferentes: a Prova Brasil, que avalia as habilidades de todos os alunos das últimas séries dos ciclos do Ensino Fundamental das escolas públicas urbanas em língua portuguesa e matemática, e a Avaliação Nacional da Educação Básica aplicada, por amostragem em escolas públicas e privadas, a alunos das 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª ano do Ensino Médio que, além de medir o desempenho escolar em língua portuguesa e matemática, levanta informações sobre o perfil socioeconômico e cultural dos alunos, sobre as características de seus professores e de suas escolas.

- **Simave**: verifica o desempenho de alunos das primeiras séries do Ensino Fundamental bem como os do 3º ano do Ensino Médio das redes estadual e municipal. Esse sistema é composto pelo Programa de Avaliação da Alfabetização – Proalfa –, pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – Proeb – e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar – Paae.

- **Pisa**: programa internacional de avaliação comparada, elaborado pela OCDE, cuja principal finalidade é produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais, avaliando o desempenho de alunos na faixa dos 15 anos por meio de prova e questionários sobre as áreas de leitura, matemática e ciências.

O Saeb coleta informações sobre o desempenho acadêmico dos alunos brasileiros, apontando o que sabem e são capazes de fazer, em diversos momentos de seu percurso escolar, considerando as condições existentes nas escolas. Os dados, obtidos com a aplicação de provas aos alunos e de questionários a alunos, professores e diretores, permitem acompanhar a evolução do desempenho e dos diversos fatores associados à qualidade e à efetividade do ensino ministrado nas escolas.

Esse sistema de avaliação gera medidas de proficiência, que vão de 125 a 500, cujos resultados se referem à situação das escolas, das redes (municipal, estadual, federal) ou dos sistemas (público e privado). A análise comparada dos resultados do Saeb de 1995 a 2005 demonstra que o desempenho geral dos alunos regrediu nesse período, tendo em vista que, em todos os dados comparativos, o desempenho dos alunos na avaliação de 2005 é inferior à de 1995.

Médias de Proficiência em Língua Portuguesa – Minas Gerais Escolas Urbanas sem Federais

Ano	1995	1997	1999	2001	2003	2005
4º série ensino fundamental	204,9	213,2	181,0	179,7	185,1	190,5
8ª série ensino fundamental	266,2	256,2	238,4	242,5	232,0	238,1
3ª ano ensino médio	294,7	315,6	274,9	266,5	272,5	268,0

Fonte: DAEB/Inep/MEC

**Médias de Proficiência em Matemática – Minas Gerais
Escolas Urbanas sem Federais**

Ano	1995	1997	1999	2001	2003	2005
4º série ensino fundamental	211,0	215,9	190,8	193,3	198,2	207,9
8ª série ensino fundamental	266,5	262,2	251,4	254,9	250,7	254,3
3ª ano ensino médio	290,7	329,7	285,1	280,3	290,8	289,2

Fonte: DAEB/Inep/MEC

Desempenho médio no Saeb 2007-2009

Ano	Local	4ª/5º EF - Port.	4ª/5º EF - Mat.	8ª/9º EF - Port.	8ª/9º EF - Mat.	3ª EM - Port.	3ª EM - Mat.
2009	Minas Gerais	203,0	227,7	254,6	264,2	274,8	285,7
	Região Sudeste	196,5	219,3	249,0	254,5	273,3	280,2
	Brasil	184,3	204,3	244,0	248,7	268,8	274,7
2007	Minas Gerais	183,5	203,5	241,9	258,3	276,7	289,4
	Região Sudeste	183,8	202,3	239,6	252,9	268,9	280,4
	Brasil	175,8	193,5	234,6	247,4	261,4	272,9

Fonte: Inep, segundo dados disponibilizados pelo movimento Todos pela Educação.

É necessário que o poder público e a sociedade se empenhem urgentemente na melhoria da qualidade do ensino ofertado nas escolas. Os indicadores de aprendizagem do Saeb em Língua Portuguesa e Matemática apontam índices medíocres, com resultados piores nas escolas das áreas rurais. O principal desafio do sistema educacional nos dias atuais é aumentar o nível de aprendizado e domínio do conteúdo de seus alunos, principalmente nas regiões menos desenvolvidas.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb –, calculado com base nos dados sobre aprovação escolar obtidos no Censo Escolar e médias de desempenho do Saeb, é medido a cada dois anos, conjugando em um só índice dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

O Ideb é o parâmetro adotado para verificação das metas fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, por meio do qual o Brasil se compromete a atingir o nível de qualidade educacional, em termos de proficiência e rendimento (taxa de aprovação), da média dos países desenvolvidos, ou seja, o mínimo de 6,0 pontos.

Desempenho médio no Ideb por região de planejamento - Ensino Fundamental

Região	Ideb médio 4º/5º ano	Ideb médio 8º/9º ano
Alto Paranaíba	5,9	4,4
Central	5,4	4,1
Centro oeste	6,0	4,6
Jequitinhonha/ Mucuri	4,9	3,7
Mata	5,4	4,3
Noroeste	5,2	4,2
Norte	4,9	3,6
Rio doce	5,1	4,1
Sul de minas	5,8	4,5
Triângulo	5,2	4,1

Resultados e Metas do Ideb - Brasil

IDEB 2005, 2007, 2009 e Projeções para o BRASIL

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental						Anos Finais do Ensino Fundamental						Ensino Médio						
	IDEB Observado			Metas			IDEB Observado			Metas			IDEB Observado			Metas			
	2005	2007	2009	2007	2009	2021	2005	2007	2009	2007	2009	2021	2005	2007	2009	2007	2009	2021	
TOTAL	3,8	4,2	4,6	3,9	4,2	6,0	3,5	3,8	4,0	3,5	3,7	5,5	3,4	3,5	3,6	3,4	3,5	5,2	
Dependência Administrativa																			
Pública	3,6	4,0	4,4	3,6	4,0	5,8	3,2	3,5	3,7	3,3	3,4	5,2	3,1	3,2	3,4	3,1	3,2	4,9	
Estadual	3,9	4,3	4,9	4,0	4,3	6,1	3,3	3,6	3,8	3,3	3,5	5,3	3,0	3,2	3,4	3,1	3,2	4,9	
Municipal	3,4	4,0	4,4	3,5	3,8	5,7	3,1	3,4	3,6	3,1	3,3	5,1	2,9	3,2	-	3,0	3,1	4,8	
Privada	5,9	6,0	6,4	6,0	6,3	7,5	5,8	5,8	5,9	5,8	6,0	7,3	5,6	5,6	5,6	5,6	5,7	7,0	

Fonte: Saeb e Censo Escolar.

Resultados e metas do Ideb - Minas Gerais

4ª série / 5º ano

Estado ↕	Ideb Observado			Metas Projetadas								
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕	
Minas Gerais	4,7	4,7	5,6	4,8	5,1	5,5	5,7	6,0	6,2	6,5	6,7	

8ª série / 9º ano

Estado ↕	Ideb Observado			Metas Projetadas								
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕	
Minas Gerais	3,8	4,0	4,3	3,8	3,9	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	5,7	

3ª série EM

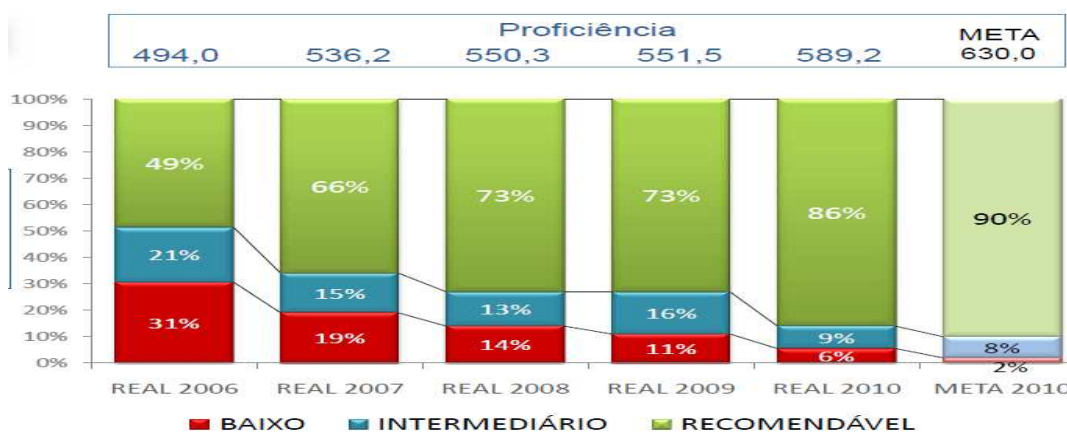
Estado ↕	Ideb Observado			Metas Projetadas								
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕	
Minas Gerais	3,8	3,8	3,9	3,8	3,9	4,1	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6	

Criado pela Secretaria de Estado de Educação – SEE –, o Simave é composto pelo Programa de Avaliação da Alfabetização – Proalfa –, pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – Proeb – e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar – Paae.

Proalfa: verifica os níveis de alfabetização dos alunos do 3º e 4º anos do Ensino Fundamental da rede pública.
Proeb: indica, de forma padronizada, numa variação de 0 a 500 pontos, as competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática pelos alunos das 5ª e 9ª anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio das escolas das redes públicas.
Paae: formado por um sistema informatizado de geração de provas e emissão de relatórios de desempenho por turma. Esse programa fornece dados diagnósticos para subsidiar o planejamento do ensino e suas intervenções pedagógicas.

Segundo informação da SEE, os resultados da avaliação do Proalfa, realizada em 2010, mostram que 86,2% dos alunos de 8 anos dominam a leitura e a escrita na rede estadual de ensino e que o percentual de alunos alfabetizados cresceu 75,5% de 2006 a 2010.

Metas e resultados alcançados do Proalfa



Fonte: Secretaria de Estado de Educação

Pode-se considerar que os resultados do último Proeb indicam um desempenho mediano dos alunos da rede pública estadual de ensino.

Proficiência Média - Rede Estadual, 2009

Disciplina	Ens. Fundamental		Ens. Médio
	5º Ano	9º Ano	3º Ano
Matemática	226,23	261,43	283,96
Língua Portuguesa	213,85	252,12	274,81

Fonte: Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica - SIMAVE

Os resultados do Pisa – indicador que constitui referência internacional da qualidade do ensino – demonstram que o desempenho dos estudantes brasileiros melhorou em relação à avaliação anterior, realizada em 2006. Entre 2006 e 2009, a performance média dos estudantes brasileiros avançou de 384 para 401 pontos.

Desempenho do Brasil	Leitura	Matemática	Ciências
2009	412	386	405
2006	393	370	390

A média dos estudantes mineiros passou de 401, em 2006, para 422, em 2009, ficando acima da média nacional.

Desempenho Minas Gerais	Leitura	Matemática	Ciências
2009	431	408	429
2006	413	386	406

Formação docente

Nos termos do art. 62 da LDB, os docentes na educação básica devem ter formação em nível superior, com licenciatura plena, admitindo-se, para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a formação em nível médio, na modalidade normal. Não obstante a Lei de Diretrizes e Bases já ter completado 14 anos, ainda há profissionais sem a habilitação mínima requerida atuando na educação básica, o que prejudica o desempenho dos sistemas de ensino, uma vez que recursos humanos bem preparados para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem são a base para uma educação de boa qualidade.

Segundo dados do Censo Escolar realizado no Estado em 2009, dos profissionais que atuam na educação infantil, 0,9% não concluíram o Ensino Médio, 43,9% concluíram esse nível de ensino e 55,1% têm formação em nível superior. Dos professores no Ensino Fundamental, 0,13% concluíram o Ensino Fundamental, 18% concluíram o Ensino Médio e, 81,5%, o curso superior. No Ensino Médio, 0,2% dos professores concluíram o Nível Fundamental, 7,1% concluíram o Ensino Médio, e 92% têm formação superior.

Se a exigência de formação inicial dos docentes está em vias de ser alcançada, o desafio que se apresenta hoje é a oferta de cursos para a formação continuada desses profissionais, de forma a garantir-lhes a atualização necessária para um desempenho de qualidade.

Educação profissional

A educação profissional e tecnológica é a modalidade que se relaciona mais diretamente com o setor econômico. Diante da grande demanda por trabalhadores qualificados que existe hoje no

Brasil, ela desempenha um papel central na promoção do crescimento econômico, pois além de ser de prazo mais curto, permitindo assim a conciliação entre trabalho e estudo, volta-se mais diretamente às necessidades dos diversos mercados.

Essa modalidade de educação, muitas vezes, é considerada uma alternativa para a população jovem, diante da baixa qualidade e pouca atratividade do Ensino Médio e a impossibilidade de acesso à educação superior. Nesse contexto, os cursos técnicos constituem valiosa oportunidade de se qualificar para conseguir uma colocação no mercado.

De acordo com a LDB, a educação profissional possui uma concepção bastante ampliada, admitida sua articulação com o ensino regular e com diferentes estratégias de educação continuada. Convém notar a predominância do setor privado na oferta de cursos técnicos, para os quais o poder público tem assumido o papel de regulador e fomentador do acesso. Segundo o Censo Escolar de 2010, 73% dos estabelecimentos que oferecem educação profissional em Minas Gerais são privados e suas matrículas perfazem 76,8%.



Fonte: Sinopse das ações do Ministério da Educação, 2010 (dados da educação profissional no Brasil).

Em Minas Gerais, O atendimento à educação profissional é realizado, principalmente, por meio das ações do Programa de Educação Profissional – PEP –, lançado em 2007. Com o programa, em três anos o número de matrículas nessa modalidade de ensino aumentou 20%, taxa de crescimento que contrasta com a média anual de 5% nos seis anos que o antecederam.

O objetivo do PEP é qualificar para o trabalho os jovens do 2º e do 3º anos do Ensino Médio das escolas estaduais e os jovens de 18 a 24 anos que já concluíram o Ensino Médio em escolas de outras redes de ensino. Os cursos do PEP são oferecidos em escolas credenciadas (sistema S e particulares) e conveniadas (federais, municipais e filantrópicas) que compõem a Rede Mineira de Formação Profissional.

Educação inclusiva

Segundo Jaques Delors⁹, “a educação pode ser um fator de coesão, se procurar ter em conta a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, evitando tornar-se um fator de exclusão social. O respeito pela diversidade e pela especificidade dos indivíduos constitui, de fato, um princípio fundamental, que deve levar à proscricção de qualquer forma de ensino estandardizado”.

Por outro lado, os sistemas educativos formais podem limitar o desenvolvimento pessoal ao impor às crianças e jovens o mesmo modelo cultural e intelectual, desconsiderando as diversidades do público que atende. Uma característica desse fenômeno é a tendência de as escolas regulares formais privilegiarem o desenvolvimento e o conhecimento abstrato em detrimento de outras qualidades humanas como a imaginação, a arte, as habilidades manuais.

Influenciados por suas aptidões e gostos pessoais, alunos têm aproveitamentos diferentes dos recursos educativos comuns oferecidos pela escola, o que pode provocar situações de insucesso escolar por falta de adaptação àquele contexto e originar a marginalização e exclusão sociais.

Nesse cenário, surge o conceito de educação inclusiva, que, atenta à diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos com isonomia dentro da rede regular de ensino.

O ensino inclusivo não deve ser confundido com educação especial, que pode ser realizada numa grande variedade de modelos educacionais, incluindo escolas e classes especiais ou a inclusão dos alunos na rede regular, com apoio especializado.

Com relação à educação especial, a legislação brasileira incorporou o conceito da educação inclusiva, pois assegura o direito à educação aos educandos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades, superdotação ou talentos extraordinários preferencialmente na rede regular, sem contudo excluir o atendimento em escolas especiais sempre que as condições específicas dos alunos não permitirem sua inclusão nas classes comuns de ensino regular.

⁹ DELORS, Jaques et al. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Unesco. 1996.

Evolução da política de inclusão nas classes comuns do ensino regular



Fonte: Sinopse das ações do Ministério da Educação, 2010 (dados da educação especial no Brasil).

Políticas públicas para a educação em Minas Gerais

As políticas públicas para a educação no Estado são executadas no âmbito do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2008-2011 e integram essencialmente as áreas de resultados “Educação de qualidade” e “Protagonismo juvenil”. Nas referidas áreas de resultados, constituem programas estruturadores: “Desempenho e qualificação de professores”, “Escola em tempo integral”, “Novos padrões de gestão e atendimento da educação básica”, “Sistemas de avaliação da qualidade do ensino e das escolas”, “Ensino Médio profissionalizante” e “Promédio – Melhoria da qualidade e eficiência do Ensino Médio”.

Iniciativas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – (1989-2010)

- **Fórum Técnico *Plano Decenal de Educação em Minas Gerais: desafios da política educacional***, realizado entre 26 março e 15 de maio de 2009, com o objetivo de colher subsídios para a discussão do Projeto de Lei nº 2.215/2008, que dispõe sobre o Plano Decenal de Educação em Minas Gerais, posteriormente transformado na Lei nº 19.481, de 2011. Esse fórum técnico foi precedido de um debate público, de oito encontros regionais e também de uma consulta pública pela internet – por meio da qual foram apresentadas 212 contribuições, que, após analisadas e agrupadas, resultaram em 40 novas propostas ao documento debatido durante o fórum.
- **Ciclo de Debates *Alimentação Escolar como Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional***, realizado em 18 e 19 de outubro de 2007, teve como principais resultados a apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o PPAG para o período 2008/2011.
- **Parlamento Jovem *Educação – Inclusão e Qualidade***, realizado em 11 de junho de 2007, teve como principais resultados a apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o PPAG para o período 2008/2011.
- **Fórum Técnico *A Educação Superior em Minas Gerais***, realizado em 12 e 14 de setembro de 2005, subsidiou a apresentação de emenda ao Projeto de Lei nº 2.317/2008, que garantiu a representação da Uemg e da Unimontes na Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação. Esse projeto de lei deu origem à Lei nº 17.715, de 2008.
- **Fórum Técnico *Educação de Jovens e Adultos***, realizado de 7 a 9 de junho de 2000, contribuiu para o acatamento da proposta de substituição do termo “Ensino Supletivo” por “Educação de Jovens e Adultos (EJA)”, considerando a terminologia da nova legislação educacional e documentos internacionais ratificados.
- **Seminário Legislativo *Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais***, realizado entre 21 de agosto e 21 de outubro de 1999, promoveu debates, em todo o Estado, sobre as principais questões de interesse da educação, fundamentando também a realização do Fórum de Educação de Jovens e Adultos no ano seguinte.
- **Ciclo de Debates *A Implantação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional***, realizado entre 25 de abril e 27 de junho de 1997, encaminhou propostas ao Congresso Nacional para subsidiar a regulamentação da Lei Federal nº 9.394, de 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- **Ciclo de Debates *O Sistema Federal de Ensino Superior e o Desenvolvimento de Minas Gerais***, realizado em 18 de novembro de 1996, encaminhou propostas ao Congresso Nacional para subsidiar a discussão do projeto transformado posteriormente na Lei Federal nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

- **Seminário Legislativo *Educação, a Hora da Chamada***, realizado entre 21 e 24 de outubro de 1991, contribuiu para fortalecer a proposta de seleção competitiva interna para Diretor e Vice-Diretor de escola pública, hoje vigente no Estado.

Principais leis aprovadas (1989 – 2011)

- **Plano Decenal de Educação** – Lei nº 19.481, de 2011, que institui o Plano Decenal de Educação do Estado.
- **Subsídio dos profissionais da Educação Básica** – Lei nº 18.975, de 2010, que fixa o subsídio das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo Estadual e do pessoal civil da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
- **Normas para adoção de material didático-escolar pelas escolas privadas** – Lei nº 16.669, de 2007, que estabelece normas para adoção de material didático-escolar pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular e dá outras providências.
- **Número máximo de alunos por turma** – Lei nº 16.056, de 2006, que estabelece o limite máximo de alunos por sala de aula na rede pública estadual de ensino.
- **Reserva de vagas nas universidades estaduais** – Lei nº 15.259, de 2004, que institui sistema de reserva de vagas na Uemg e na Unimontes para os grupos de candidatos que menciona.
- **Carreira dos profissionais da educação** – Lei nº 15.293, de 2004, que institui as carreiras dos profissionais de educação básica do Estado.
- **Educação alimentar e nutricional nas escolas** – Lei nº 15.072, de 2004, que dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino.
- **Atendimento a pessoa com deficiência em processos seletivos nas instituições de ensino superior do Estado** – Lei nº 14.367, de 2002, que dispõe sobre o atendimento a pessoa portadora de necessidades especiais em processo seletivo para ingresso em instituições de ensino superior.
- **Estágio para estudante na administração pública** – Lei nº 12.079, de 1996, que dispõe sobre estágio para estudante em órgão e entidade da administração pública.
- **Organização e funcionamento de entidades estudantis** – Lei nº 12.084, de 1996, que assegura a livre organização estudantil e dá outras providências.